

**Acción
Realis-
ta**

**revista
quinzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

<i>A Restauração e a Carta.....</i>	por Alfredo Pimenta
<i>Novo rumo ?</i>	» Fernando Campos
<i>As bases da Restauração.....</i>	» Caetano Beirão
<i>Écos.</i>	
<i>O aniversario de um regimen.....</i>	» Laertes de Figueiredo
<i>O Rei (conclusão).....</i>	» Luiz Costa
<i>Livros.</i>	

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores :

1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista ;

2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.º — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	--

A Restauração e a Carta

No seo numero de 24 de julho deste anno, o jornal constitucionalista *O Dia* publicava, apoiado, no dia seguinte, pelo *Correio da Manhã*, órgão officioso da Causa Monarchica, as seguintes palavras :

«A mensagem que El-Rei enviou ao illustre Presidente do Conselho Superior da Politica monarchica, define dum modo positivo e claro, insusceptivel de discussão por ser de Quem é, o systema politico da Monarchia, na futura Restauração: *será a Monarchia Constitucional.*»

Nós não lemos a Mensagem de El-Rei. Quando a Acção Realista foi convidada pelo sr. D. Thomaz de Vilhena a tomar conhecimento do documento emanado de Sua Magestade, não pudemos assistir, por auzente de Lisboa. E tendo preguntado aos nossos amigos quais os termos da mensagem, elles, tendo-a ouvido ler, não poderam transmitir-me mais do que termos vagos...

Mas não tendo lido a Mensagem de El-Rei, iamos jurar que nella se não contêm expressoens que auctorizem a interpretação que *O Dia* dá ao pensamento de Sua Magestade, quanto ao systema politico da Monarchia na futura Restauração. O jornal do illustre jornalista sr. Moreira de Almeida foi, com certeza, illudido pelo seo fervor constitucionalista, pelo seo amor á Carta, pelo seo culto pela Liberdade e pela Democracia, e julgou ver nas palavras de El-Rei, uma intenção e um pensamento que só existiam no seo proprio espirito.

E porque dizemos isto? E porque dizemos isto, mesmo em face do applauso do órgão officioso da Causa Monarchica, não menos eivado, esse, de furor constitucionalista? Dizemos isto, porque temos presentes todas as affirmações de El-Rei, desde o incidente integralista ao Pacto de Paris.

Sua Magestade collocou o problema admiravelmente, dizendo, por mais duma vez: «jurei a Carta, não posso expontaneamente quebrar esse juramento; que a Nação me desligue d'elle — e tudo se resolverá então.»

Mas segundo a interpretação que *O Dia* dá á ultima mensagem regia, Sua Mage-

tade teria dito : «o que se restaura é a Monarchia Constitucional ; dentro della, elegem-se as Côrtes ; e estas procederão á Reforma Constitucional.»

Entre a primeira maneira e esta, ha um abysmo, porque a primeira não impõe o estabelecimento previo da monarchia constitucional, — o que é fundamentalissimo.

Restaurada a Monarchia constitucional, com a Carta e tudo o mais, teremos umas côrtes medularmente viciadas, fonte prodiga da renovação e do aggravamento da Anarchia politica. Admittir que Sua Magestade El-Rei propõe ao Paiz tal solução para as difficuldades tremendas que cercam e corrompem a existencia collectiva — é um absurdo que nós, mesmo que não tivéssemos conhecimento das disposições do animo de Sua Magestade, nos recusavamos a acceitar.

Receamos muito que se queira fazer de Sua Magestade El-Rei ponte de passagem para asneiras alheias. O pensamento que as expressoens de *O Dia* traduzem, é o pensamento dos senhores do Conselho Politico que, por desgraça do Paiz e de El-Rei, só pensam ás avessas.

Quando foi das Bases (as famozas Bases !), os senhores do Conselho quizeram incluir no numero das suas philosophicas, aquelle desastrado pensamento. Felizmente, parece que alguém, em lucida e nobre exposição, mostrou aos senhores do Conselho Politico, a inconveniencia de tal pensamento. E os senhores do Conselho recuaram, e metteram o pensamento na sacola dos seus dislates. E pensaram, e repensaram. . . Teriam elles tido a habilidade criminoza de levar Sua Magestade El-Rei a inserir na sua Mensagem, aquelle pensamento monstruozo ? Teriam elles tido a audacia (só para isto haviam de ter audacia !) de levar El-Rei a fazer a affirmativa que *O Dia* traduz, e que, a ser verdadeira, viria quebrar, para todo o sempre, a energia da quasi totalidade dos elementos monarchicos activos ? O que não tiveram coragem de proclamar, como obra sua viriam proclamal-o, agora, como obra de El-Rei ? O que não tiveram força para dizer, sob a sua responsabilidade, viriam dizel-o, agora, sob a responsabilidade de El-Rei ?

E' assim que os senhores do Conselho Politico servem Sua Magestade ? E' assim que os senhores do Conselho Politico interpretam o sentimento monarchico do Paiz ? E' assim que os senhores do Conselho interpretam as palavras dos que luctam, dos que soffrem, dos exilados, (dos exilados, — ouviram ?) da gente escolar, da quasi totalidade dos monarchicos que querem a Monarchia, e por ella tudo arriscam, desde a sua fortuna ás suas comodidades, desde as suas aspirações ao seu bem estar ? E' assim, recuando perante o terror das responsabilidades, e atirando para cima de El-Rei o encargo do que, por cobardia, não fizeram ?

Em que situação ficariam os senhores do Conselho Politico, se, àmanhã, se averiguasse que o pensamento que as expressoens de *O Dia* traduzem, fôra, effectivamente, retirado das Bases, para ser incluído na Mensagem de El-Rei ? Não se lembram estes constitucionalistas que, segundo a sua doutrina, El-Rei é irresponsavel, e que, portanto, a Mensagem regia é da responsabilidade excluziva do Conselho, e não de Sua Magestade ?

Bem diziamos nós, outro dia, que é preciso defender El-Rei não só dos inimigos que O atacam, mas tambem dos amigos que O comprometem. E se na realidade, a Mensagem de El-Rei diz o que *O Dia* lhe attribue, os monarchicos portuguezes têm que chamar os Senhores do Conselho Politico a contas, para se averiguar se se trata dnma ingenuidade

de parvos, se duma felonía de mãos. Porque o pensamento expresso nas palavras de *O Dia* colloca, a despeito de todas as correcções, adendas, apostillas e notas, todos os monarchicos anti-liberais, anti-democratas, anti-parlamentares, fóra da Causa de El-Rei. Voltamos ao equívoco de sempre, àquele lastimavel equívoco que nós, tantas vezes, tentamos esclarecer, e que do lado de lá tanto se teima em complicar. Fiquem os senhores do Conselho Politico certos de que não nos fazem favor algum, dizendo-nos que a Causa monarchica é de todos, como fiquem certos de que para sermos monarchico não precisamos da sancção de ninguém. A Acção Realista tem os seus principios. Delles não abdica. Tem os seus principios, para bem da Nação e do Rei. Tem os seus principios, para bem servir a Nação e o Rei — porque os seus principios são os principios da Nação e do Rei. Se os senhores do Conselho não sabem o que são principios, a culpa não é nossa. Querem os senhores manter e aggravar a confusão nas fileiras monarchicas, dizendo, de manhã, que na Causa monarchica cabem todos, e proclamando, á tarde, que o sistema politico da monarchia na futura restauração, será a monarchia Constitucional? Querem os senhores manter e aggravar o equívoco que traz inquietas as fileiras monarchicas, confundindo o acto pessoal, a situação pessoal, do juramento de Sua Magestade, com o interesse da Nação? Querem os senhores levar-nos á doutrina imbecil de que se Sua Magestade jurou a Carta Constitucional, a Nação inteira está presa á Carta Constitucional? Que tem a Nação com o juramento pessoal de El-Rei? Que tem o interesse nacional com o nobillissimo escrupulo moral, mas puramente, restritamente pessoal, de El-Rei? Sua magestade jurou a Carta Constitucional, e nem mesmo deante dos exemplos da Historia, quer renegar o seu juramento? Só temos que louval-o pela delicadeza da sua consciencia. Mas nada mais. Porque o seu juramento não obriga a Nação. O seu juramento é um acto da limitada esphera da Sua consciencia. É um acto que prende a Sua pessoa, e mais ninguém. A Nação, amanhã, transforma-se politicamente e offerece-se-Lhe sem Carta Constitucional — e El-Rei está perfeitamente de bem com a Sua consciencia, porque não perjurou, e de bem com a Nação, porque não lhe impõe a sujeição a um encargo moral seu, meramente pessoal.

Mas (por obra dos senhores do Conselho?) a situação, tal como transparece das palavras que *O Dia* publicou, e o *Correio da Manhã*, órgão officioso da Causa monarchica applaudo, seria outra: El-Rei exigiria que a Carta fosse restaurada, e só sob a Carta restaurada, Elle regressaria ao throno de Portugal.

Segundo as repetidas palavras de Sua Magestade, anteriores á Mensagem cujo theor não estamos discutindo porque o desconhecemos, mas a que estamos alludindo, dada a hypotese de terem fundamento as expressões de *O Dia*, segundo as repetidas palavras de Sua Magestade, anteriores á Sua ultima Mensagem, as coizas passar-se-hiam de outra maneira: a Monarchia restaurava-se em Portugal, na pessoa de Sua Magestade, com a forma politica que as circunstancias que cercassem a Restauração tivessem creado. Constitucional? Sua Magestade viria Rei constitucional. Tradicional? Sua Magestade, visto que a Nação, por um acto seu espontaneo, prescindira da Carta, viria Rei tradicionalista. As Côrtes que posteriormente se reunissem, se constitucionais, discutiriam o problema politico; se tradicionalistas, sancionariam o facto consumado — e só por excepção, pois que lhes faltaria a competencia politica.

Por aqui já se vê a grande differença das duas situações: a que as palavras de

El-Rei sempre deixaram prevêr, e a que o pensamento dos senhores do Conselho Politico deixa presumir. Na primeira situação, todos cabemos, e El-Rei é o Rei de todos os portuguezes ; na segunda, só cabem os constitucionais, e El-Rei é o Rei, apenas, dos constitucionais. Se isto tivesse meros effeitos partidarios, não gastaríamos alguns minutos a discutil-o. Mas tal problema tem as mais largas e graves consequencias — atingindo, em cheio, o Interesse nacional e o Interesse da Realeza.

Vejamos, rapidamente, as consequencias da Restauração da Monarchia constitucional e da Monarchia tradicional.

Restaura-se a Carta, e com ella, o poder legislativo, como ella o concebe, o poder executivo, como ella o dispõe, e o poder moderador, como ella o entende. A situação republicana creou raizes, interesses, ambiçoens ; é uma opposição politica fatal, e tem de entrar em todos os calculos. Para a eleição das Côrtes, haverá que abrir um periodo eleitoral, com as garantias constitucionais em vigor. A opposição republicana aproveitará o ensejo para a agitação revolucionaria. E entramos nos prologos da Anarchia. Fazem-se as eleições. Não ha partidos monarchicos. O que chega á Camara, é uma multidão monarchica, indecisa, sem ideias, e movendo-se á volta de influencias pessoais. Surgirão os conflictos parlamentares, os ministerios ephemeros, porque regime parlamentar sem partidos é o systema da instabilidade ministerial. Quer dizer : rapidamente se restabeleceu a atmospheria propicia ao crime ou á Revolução. Porque é preciso notar-se que nós recebemos um Paiz desorganizado, arruinado e corrompido. Para o salvar, será preciso governar com intelligencia e com firmeza. E as circumstancias, então, só permitirão politicar. A Carta tem duas camaras : a dos Pares conterà, pelo menos, uma parte de nomeação regia. Quantos se julgarão com direito aos arminhos de Par do Reino, e que por não terem sido nomeados, ficarão malquerendo o Rei !

Quer dizer : os monarchicos que querem impôr ao Paiz a Carta Constitucional, em vez de nos collocarem a todos numa acção de governo intelligente e firme, livre, desafogada e fecunda, mettem-nos no becco esconso e escuro das habilidades, das tramoias, das surpresas, dos imprevistos, da Anarchia, numa palavra.

Suppunhamos, agora, que se não restaura a Carta, e que se estabelece a Monarchia que nós preconisamos, e que a Acção Realista representa. Não dizemos que seja o Ceo — porque Ceo ha um, e não é nesta vida. Mas, na peor das hypoteses, um perigo, pelo menos, o perigo apontado acíma, inevitavel no Constitucionalismo, esse não aparecerá na Monarchia tradicional. Tambem temos Côrtes — as Côrtes dos Municipios e das Corporaçõens, mas não para as funcçoens politicas, de nomeaçõens e destituições de governos, de critica de actos politicos, de reformas politicas, etc. Não. Essas Côrtes limitar-se-hão, como se sabe, á materia orçamental e tributaria. Só, por excepção, *sanccionarão* a Restauração da Monarchia e o systema politico que o facto da Restauração tiver formulado. A Monarchia tradicional instaura-se no Paiz — para o Povo portuguez ; não é para os politicos que ella se instaura. A hora dos partidos politicos passou. Ella procurará, desde a primeira hora, o bem estar do Povo portuguez — o seo bem estar economico, o seo bem estar mental, o seo bem estar moral. Isso é obra que só se realisa com o Paiz em ordem, e tendo á sua frente, em vez de oradores famosos, de tribunos apocalypticos e de *jongleurs* parlamentares, homens sensatos e competentes. Os homens

sensatos e competentes não estão para aturar as impertinencias parlamentares, e têm mais que fazer do que estar a ouvir discursos nas Camaras. A Monarchia tradicional ins-taura-se para se fazer uma obra nacional, uma politica nacional. A politica nacional é in-compatible com a existencia dos partidos politicos. E' por isso que a Republica nunca é capaz de a fazer. Nem a Republica, nem a Monarchia Constitucional — pois que uma e outra são regimens de opinião, e filhas da mesma fonte : o liberalismo democratico. A Monarchia tradicional ignora os interesses, as aspiraçoens, as conveniencias dos partidos politicos, porque só conhece dos interesses, das aspiraçoens e das conveniencias das forças nacionais — Commercio, Agricultura, Industria, Professorado, Igreja, Exercito, etc. Para a Monarchia tradicional, o Paiz é quem trabalha, quem produz, e não quem politica.

Com a restauração da Monarchia Constitucional, dentro de mezes, voltaremos á Republica, ou ingressaremos na Loucura comunista. Com a instituição da Monarchia tradicional, regressaremos, pouco a pouco, á Ordem integral, e ingressaremos no caminho da Civilisação geral.

Eis porque não podemos esconder a nossa indignação, quando vemos os senhores do Conselho Politico pender para o caminho que conduz á catastrophe irremediavel — quando a sua obrigação consiste em estudar, pensar, e ter na cabeça, em vez de tolices, ideias sãs e claras.

Mas, voltando ao principio, quais serão, afinal, os termos da mensagem de El-Rei, e de que só os senhores do Conselho Politico são responsaveis ?

Alfredo Pimenta.

LER O PRÓXIMO NÚMERO :

Sensacional artigo do Comandante
Henrique de Paiva Couceiro

NOVO RUMO?

O MOVIMENTO DAS FORÇAS ECONOMICAS

Escasseia-nos o tempo para fazermos ao movimento iniciado pelas Associações Económicas do País o comentario desenvolvido que o facto merecia e as circunstancias impunham. Mas, pelo muito interêsse que tomamos por todos os assuntos que se relacionam com o commercio portuguez, a cujos destinos andamos ligados pelo traço da profissão, não podemos eximir-nos ao desejo, ao dever, quasi, de traçar algumas breves considerações que os acontecimentos nos sugerem, constatando, gostosamente, o espirito de energia com que os organismos comerciais parecem, por fim, dispostos a reagir contra a inépcia e as prepotencias rapaces dos governantes do regime.

Já em tempos, nas colunas do jornal *A Monarquia*, tratámos, em artigos successivos, das precárias condições que vinham sendo creadas ao commercio, por uma legislação atrabiliária, destituida de qualquer critério económico, e só visando os mais rasteiros intuitos de carácter fiscal. Apontámos, então, o perigo que, para os interêsses comerciais, representava o indiferentismo, ou a fraca reacção, com que eram recebidos, pelas respectivas Associações, todos esses atentados, verdadeiras perseguições, movidas pelas esferas governativas ao nosso Commercio, não se limitando a preparar-lhe um futuro angustioso, bem fácil de prever, mas comprometendo, a um tempo, o regular funcionamento de todas as engrenagens da economia nacional.

As Associações Comerciais, porêem, deixando-se, em parte, suggestionar por influências partidárias, julgaram sempre de boa táctica não transpor nunca os limites do protesto platónico. Discutiam com mais ou menos calor, nomeavam comissões de estudo, e elaboravam representações aos governos, em que terminavam, quasi sempre, confessando-se muito tementes ao regime e ás suas competencias — não fosse alguém supor que o seu procedimento era instigado por monárquicos ou jesuitas . . .

Quando, em Dezembro de 1920, a direcção da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa foi a Belem entregar ao presidente da república uma mensagem em que se faziam várias considerações relativas ao estado ameaçador das finanças públicas, não se esquecia de acentuar, nesse documento, *o affecto e a fé republicana que a animavam*, como se em vez de uma associação de classe, alheia a paixões politicas, se tratasse de qualquer centro republicano.

Para que lhe não fossem atribuidos fins politicos, as Associações iam-se acomodando, solidarizando-se assim com a obra governativa dos inúmeros ministros que têm passado pelos bancos do poder.

Por vezes, quando algum novo *estadista* surgia, sobraçando volumosa pasta de novas propostas financeiras, as Associações Comerciais ousavam, com ingenuidade, propôr-lhe a sua colaboração desinteressada, como se, numa boa democracia, as forças económicas tivessem, acaso, o direito de se fazerem ouvir, de serem acatadas de preferênciam ás clien-

telas partidárias ; como se um regime democrático não fosse a tirania das minorias ociosas sobre a grande massa dos trabalhadores da Nação. Alguns desses *estadistas* repudiavam, sem contemplos, o oferecimento, negando-se a aceitar a colaboração das Associações, ou a das entidades competentes por elas indicadas, como, por exemplo, sucedeu a quando da apresentação das famosas propostas do Sr. Pina Lopes. Outros, nem sequer se dignavam dar resposta, limitando-se a permitir, do alto da sua insignificancia, que as agremiações espoliadas e despeitadas, cantassem submissamente a ária da sua indignação.

E que alguém, numa assembleia, erguesse a voz, e não faltaria quem lha pretendesse abafar, clamando : *fóra a política ! Aqui não se faz política !*

Ainda nos recorda o dia longínquo em que fômos para uma reunião magna das Associações Comerciais e Industriais, munidos de uma moção em que se proclamava o governo «*traidor ao interêsse nacional*». Pois senhores, iam-se consumindo de receio muitos dos assistentes a quem tal facto constára, e não faltaram junto de nós as influências para que desistissemos do nosso «*desproposito*» comprometedor da boa marcha dos trabalhos . . .

Porque fossem muitos os oradores inscritos, e em consequência de termos cedido a nossa vez a outrem, para solução de um conflito pessoal que se levantára, não conseguimos, por se ter encerrado a sessão, apresentar a moção que premeditáramos ver discutida e repudiada, como arma incendiária, pois não ignorávamos o destino que lhe estava reservado, nem, por ventura, ao proponente . . . A dureza dos factos encarregou-se de modificar semelhante attitude do Corpo Commercial, e, pelo menos, se até agora as suas Associações pouco têm feito, já é pronúncio de alguma coisa mais — o muito que vão dizendo.

Nas ultimas reuniões da Associação Commercial de Lisboa e da Associação Commercial de Lojistas de Lisboa, e em entrevistas dadas á imprensa por alguns elementos dos seus corpos directivos, foi o parlamento classificado de *teatro*, de *Casa de Orates*, e por tal forma criticado o seu arlequinismo, que muito havia de abismar-se, se acaso ressuscitasse, o grande José Agostinho de Macedo, vendo assim transportada para a arena das discussões económicas e financeiras, a fraseologia pitoresca da sua *Besta Esfolada*.

Falou, porém, a consciencia colectiva, pela boca de um dos oradores, na Associação Commercial de Lojistas de Lisboa, quando afirmou que — «*se nós tivéssemos iniciado o nosso protesto em 1914, já hoje não sofreríamos a gravidade da crise económica, que é nacional. Todos temos a culpa. Foi a nossa covardia que nos perdeu*». — E a nossa desorientação. Porque é preciso dizer-se que ás forças económicas portuguezas não tem só faltado a coragem moral necessaria para promover a defesa dos seus interesses, pois que um errado instinto de conservação as mantinha afastadas do caminho do protesto desassombrado, energico e inteligente.

Agora que o erro é, embora tardiamente, reconhecido por todos, e que os processos de subservencia que se adoptaram estão condenados, ao iniciar-se um novo rumo, é o momento de reconsiderar, antes que se torne impossivel qualquer tentativa de salvação que não interessa simplesmente a essas agremiações, mas ao proprio país.

Pensamos que não serão bastantes a energia e a decisão para que nesta hora adiantada, as forças económicas consigam triunfar de uma morte certa e inglória. Importa que o movimento de protesto, iniciado, se não perca por vago e impreciso. Torna-se urgente a fixação de um objectivo que, a um tempo, determine e condicione as energias

que despertam ; e esse objectivo, francamente, ainda o não vimos formulado, como convém, pelas Associações Económicas empenhadas na luta. Por enquanto, as suas assembleias têm-se limitado á eleição de comissões, e á delegacia de poderes nas suas respectivas direcções. Mas, o que tencionam realizar, essas direcções, essas comissões eleitas? Eis o que, por ora, ignoramos.

Pela vossa parte, reconhecendo que as forças vivas da nação se devem abster, em absoluto, de toda e qualquer interferencia politica — que está fóra do ambito das suas atribuições e competencia — devemos confessar que, dadas as condições actuais da politica portuguesa, não vimos, ainda, o problema posto com tanta lucidez, como o fazia na «Epoca» de 18 de setembro passado, o sr. dr. Afonso Lucas. São do artigo que nêsse jornal publicou aquele senhor, com o brilho que caracteriza todos os seus escritos, as passagens seguintes, que, pedindo vénias, passamos a transcrever.

«Quero eu dizer que, á luz destes principios, o unico caminho a seguir pelas *forças vivas*. se quizerem salvar-se e salvar-nos, é apenas o do *protesto* e da *representação* — mas, entenda-se bem, *protesto e representação com sancções*.

— «Ou o governo revoga as leis iniquas, injustas e criminosas ouvindo e dando satisfação ás legitimas aspirações nacionaes, ou nós não cumprimos as suas leis, recusando inclusivamente o imposto, sem o qual o Estado não póde viver.»

Cada um em sua casa tem tanta força — diz o povo — que até depois de morto são precisos quatro homens para o tirar de lá.»

E concluia a sua argumentação, alvitando que «Para tornar mais eficaz e disciplinada a resistencia elejam essas associações um organismo superior com delegados de todas elas, que coordene a sua acção definindo os interesses geraes e comuns, e que pode chamar-se por exemplo, *União Nacional das Corporações*, instituição a que podem aderir todas as associações intellectuaes e de produção, sindicatos agricolas e ainda os sindicatos operarios não filiados na C. G. T.

E organizada assim a Nação dos que trabalham — que só essa é Portugal — em ordem a resistir aos desmandos da governação e a garantir ás competencias o logar que lhes compete — ficarão apenas á margem os *vadlos*, a *ralé* da politica, de mão dada, como dantes, aos vampiros da finança, descendentes e representantes legitimos de Mendizabal.

No caso de um conflicto violento, entre estes e a Nação, o exercito — até hoje, no interior, a sentinela vigilante da ruina nacional — escolherá.»

Perfilhamos, integralmente, este criterio, que é o nosso, e permitimo-nos apontar essas palavras á atenção dos dirigentes do movimento iniciado. Que eles dêem execução áquele plano, e quanto a nós, que não somos dirigente nem pretendemos sê-lo, mas como portugêes, como sacrificado, e na nossa qualidade de socio dessas coletividades, não lhes regatearemos o nosso aplauso e o nosso modesto mas incondicional apoio.

As bases da Restauração

Se os corpos dirigentes da Causa Monarquica não fossem corpos opacos — rebeldes a toda a luz — antes de pensarem na restauração da Monarquia pensavam em preparar o país para receber a Monarquia. Porque o país está preparado para receber o Rei mas não está preparado para receber a Monarquia. Ora o regresso de El-Rei, nas tristes condições em que se encontra desorganizada a Causa Monarquica, infelizmente para S. M. e para a nação, não é garantia de que se opere aquela transformação na vida portuguesa que é necessario dar-se e da qual as tradicionais instituições monarchicas serão a um tempo consequencia e salvaguarda. Como é sabido, a direcção da Causa monarchica está nas mãos de respeitaveis conselheiros fossilizados para quem «restauração» é sinónimo de «substituição de pessoal politico nas cadeiras do poder.» A vingar este elevado criterio no momento dum golpe de Estado, El-Rei voltaria é certo, mas a Monarquia ficava por restaurar! El-Rei voltava manietado como manietado reinou de 908 a 910. Em 5 de outubro, mudaram o cenário e a comarçaria da comedia politica, mas permaneceram as mesmas instituições democraticas parlamentares, os mesmos processos, os mesmos vicios. Numa restauração feita pelos conselheiros, continuaria a mesma balburdia politica, agravada por 15 anos de autêntica anarquia. O parlamento de 1909 foi uma vergonha não excedida pela Republica. O parlamento da Restauração seria uma vergonha semelhante se não pior. E tudo isto com a agravante de comprometer a *esperança* da Monarquia e a *integridade* do Rei. Mas é isto que os dirigentes da Causa querem, não haja duvidas, acobertando-se embora sob um sistematico desdem por *essa coisa* de principios. Fazemo-lhes a justiça de supôr que esse desdem é simulado porque, se assim não fosse, teriamos que reconhecer-lhes a ignorancia mais retumbante. Monarquia organica-tradicional e Monarquia liberal-parlamentar são dois sistemas tão antagonicos que só tem de comum não o Rei mas o *nome* do Rei.

Portanto o regresso de El-Rei não é, no estado actual das coisas — infelizmente para S. M. e para a nação — garantia de que a Monarquia se restaure e com ela se restabeleça o nosso abalado organismo social.

A restauração da Monarquia em Portugal só poderá ser benéfica desde quê venha vitalizar os organismos naturais da Nação atrofiados por 100 anos duma politica abstracta em seus principios e falida em suas applicações. Esta é a primeira condição para uma restauração monarchica ser uma verdadeira restauração nacional.

Esses órgãos naturais quais são? São a familia, célula primaria de toda a sociedade, contra a qual o liberalismo gastou os seus dardos mais envenenados. São os municipios, esses pequeninos Estados anteriores á emancipação da nacionalidade, factor admiravel da nossa civilização. E são as corporações profissionais, associações de defeza dos interesses da Produção e dos interesses dos produtores, que, sendo coevas da Monarquia, representam o mais importante organismo das sociedades modernas.

O movimento restauracionista que se limitasse á substituição do poder politico seria um movimento falhado, que não poderia corresponder de forma alguma ás instantes necessidades nacionais. Nem o problema da ordem resolvia porque era como se tentasse

clarificar a superficie das aguas deixando o lódo no fundo. A Restauração nacional pela Monarquia tem de escavar até aos alicêrces do edificio social e, substituindo o material apodrecido, fortalece-los, apruma-los e defende-los de futuros golpes do individualismo metafísico ou criminoso, que vale o mesmo. Portanto comecemos por dar elementos de defeza á familia pela abolição do divórcio, reforma das leis tributárias, ressurreição dos bens vinculados e restabelecimento do ensino religioso. (Este é o unico ponto em que as vagas promessas monarquicas quasi satisfazem). Quanto aos municipios, reformemos totalmente a legislação administrativa, dando-se autonomia ás autarquias locais, desembaraçando-as de toda a politica e, pelo contrario, garantindo-lhes uma vida propria. E relativamente ás corporações profissionais reconheça-se-lhes personalidade juridica e dê-se-lhes logar na organização do Estado.

Aqui está por onde a Causa Monarquica devia começar não só a sua acção, mas a sua propaganda. Cura a Causa Monarquica disto? Já alguém a ouviu pronunciar-se sobre estes pontos fundamentais? Os dirigentes da Causa, os jornais da Causa, os parlamentares, os conferencistas fizeram já, por ventura, propaganda, estudos, afirmações neste sentido? Nem neste nem noutro qualquer. Que confiança nos podem merecer pois esses dirigentes, esses jornais, esses oradores, essa Causa emfim, que não tem ideias, que não se sabe o que quer nem para onde vai?

Se El-Rei fosse realmente, como era para desejar, o chefe responsavel da Causa Monarquica, confiavamos em El-Rei; mas o Soberano está preso ainda a esse malfadado *trambolho* da Carta Constitucional. E' por consequencia, *por enquanto*, um chefe irresponsavel. Não só não podemos, portanto, confiar em El-Rei, como temos que O defender dos vicios da Causa Monarquica e que O libertar dum passado comprometedor.

Para combater a todo o transe esses vicios que comprometem a unica esperança de ressurreição patria que existe em Portugal é que se ergueu esta trincheira pequena mas aguerrida que é a Acção Realista Portuguesa. E' aspera a tarefa que aos monarquicos tradicionalistas cumpre realizar; mas hão-de levál-a até ao fim. São eles os representantes do principio que nunca morre; da verdadeira tradição portuguesa e do interesse nacional.

Emquanto os monarquicos liberais se perdem e se desacreditam no meio do seu politiquismo estreito sem finalidade e sem fé, os monarquicos anti-liberais teem que imprimir intelligencia e movimento á Causa que é da Nação. A primeira função dessa Causa é esclarecer, educar, preparar a país para a Restauração. Porque, se a Restauração surge sem o país estar preparado para ela, os aventureiros da politica podem conseguir iludir os espiritos desorientados e levál-os á rebelião.

A Restauração não se deve nem se póde fazer á ponta da espada (como se fez a reforma cartista). Tem que ser desejada e aceite pelo consenso geral. Para isso tem que se dizer ao país o que se vai fazer para que ele confie (que hoje não confia...) nos obreiros da Restauração.

Preparar a Monarquia antes de fazer a Monarquia — e para que se possa fazer a Monarquia — é o primeiro dever da Causa Monarquica. Como a Acção Realista está dentro da Causa Monarquica, sente-se com o direito de exigir desta que cumpra o seu dever

Noutro artigo diremos como.

ÉCOS

Aniversários régios

Tendo passado nos dias 17 e 28 de setembro último os aniversários natalícios respectivamente de Sua Alteza Real o Sr. D. Duarte Nuno e de Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amelia, a «Acção Realista» apresenta á excelsa princesa expatriada e ao presuntivo herdeiro do trono de Portugal as mais respeitosas e veementes saudações.

A vingança dos conselheiros Acácios

O livro do sr. João Franco, fazendo a defeza leal e calorosa do grande Rei D. Carlos e da sua obra, veio colocar implicitamente em cheque a politica daquelas clientelas que, dizendo-se monarchicas, foram as verdadeiras propulsoras da Republica em Portugal

O sr. João Franco, porém, coloca o problema de alto, foca o Rei que puro e ainda maior a nossos olhos aparece, defende mas não ofende. Por outro lado, os politicos de 1910, perante o triste desenrolar dos acontecimentos, parece que deviam proferir, como D. Carlos, o *poenitei me* do seu passado em que — inconscientemente, queremos crer — atraçoaram a Monarquia e o Rei. Estava portanto indicado que dessem agora ao país o espectáculo generoso dum esquecimento de culpas e duma unidade que só lhes ficava bem visto serem todos monarchicos e todos liberais.

Pois, senhores, não succedeu nada assim. Referveram ódios e vaidades antigas; dentro de cada politico continúa a estar apenas o regenerador, o progressista, o dissidente; a mentalidade a mesma, a inconsciencia a mesma. Esqueceram a memoria do Rei D Carlos que eles caluniaram, esqueceram o vergonhoso ministerio Ferreira do Amaral, que eles fabricaram, esqueceram as scenas indecorosas dos parlamentos de 1908 e 909, esqueceram o seu Rei no exilio, e ei-los a «atirarem-se» ao sr. João Franco e á sua obra — obra identificada com o pensamento do Rei, obra mais do Rei que de João Franco — ei-los a fazer outra vez a politica republicana de 1906-1910.

E' a vingança dos conselheiros Acácios que não vêem que, se João Franco fica no poder em 1908, a Republica não se proclamaria dois anos depois. E' que eles preferem ainda hoje a Republica a João Franco, a Republica a um governo de autoridade, a um governo do Rei.

Nós tambem, dizêmo-lo francamente, preferimos a Republica a um governo de conselheiros Acácios ..

Cesar de Oliveira

Na lista de donativos para a subscrição aberta por esta revista a favor do diário orgão do nosso movimento publicada no n.º anterior figurava o nome do illustre publicista e antigo soldado do Integralismo Lusitano sr. Cesar de Oliveira, que espontaneamente veio concorrer para o rápido aparecimento do nosso jornal. A quantia que nos enviou pelo correio vinha acompanhada duma interessante carta em que marcando a sua posição, aplaude os colaboradores desta revista e a orientação que temos traçada.

Estimulam-nos palavras de incitamento e confiança como as de Cesar de Oliveira e elas demonstram-nos como é possível formar essa *frente-única de todas as energias nacionalistas anti-liberais* pela qual, a par da nossa propaganda doutrinária, temos vindo sempre pugnando.

Depois de Augusto da Costa e de José Osorio de Oliveira, o illustre dramaturgo Vasco de Mendonça valorisa as páginas da nossa revista com um artigo sobre teatro. Os srs. conde de Nova Gôa, conselheiro Fernando de Souza, Drs. Pinheiro Torres, Campos Monteiro, Rolão Preto, João de Castro e Aiala Monteiro prometeram honrar a «Acção Realista» com a sua valiosa colaboração. Esperamos que o sr Cesar de Oliveira, apoz a sua interessante carta, nos permita inscrever-lo tambem entre os nossos colaboradores e muito em breve se digne acolher-se a esta trincheira dos bons principios com o brilho da sua pênna.

A todos nos une o mesmo doutrinarmos, a mesma fé, e o mesmo desejo de salvar Portugal:— é quanto nos basta para procurarmos unir-nos e para podermos triunfar.

Box doutrina

O ultimo n.º do excelente semanário de Vila Real «A Realeza» publica em fundo um artigo assinado pelo distinto publicista sr Arlindo Martins, intitulado «O que era preciso fazer-se . . e o que se faz», cuja doutrina com satisfação constatamos coincidir inteiramente com o que nesta revista se tem dito sobre a inércia e o desinteresse dos representantes da Causa monarchica. A crise que a Causa atravessa atribuímo-la primordialmente a falta de confiança nos seus corpos dirigentes que não se definem, não se afirmam, não agem, não se expõem, nem se impõem, comprometendo assim uma Causa cujo triunfo as circunstancias vêem favorecendo dia a dia.

Acusar os dirigentes da Causa, forçando-os a

agirem ou a demitirem-se é o maior serviço que neste momento se pode prestar á Nação e ao Rei.

Do belo artigo do sr. Arlindo Martins, transcrevemos os seguintes períodos :

«Mas... doloroso é dizê-lo na Causa Monárquica não se trabalha pela restauração da Monarquia.

Todos são muito monárquicos, todos são muito bons, todos são muito inteligentes .. mas todos são muito preguiçosos.

Há um ano perguntava o dr. Alfredo Pimenta : «O que quer a Causa Monárquica» ? E os homens que dirigem superiormente a Causa não lhe responderam. Há meses perguntava o «Dia» pela pena — se me não engano — do sr. Moreira de Almeida : «A causa existe ou não existe» ? E os homens que representam a Causa Monárquica não deram sinal de vida. Não tem feito nada. Tendo declarado por mais de uma vez, que não queriam entrar em revoluções, só lhes restava para a restauração da Monarquia o caminho eleitoral. Pois nem mesmo organização eleitoral tem ! Bem sei que não é das urnas que sai a Monarquia. Mas eles que assim não pensam deviam ter-se organizado para poderem triunfar no campo onde esperam travar a luta.

Espalharam as J. M. C. por esses concelhos alem... Não fazem nada. Afora o ir a alguma missa por alma de algum correligionário, ou o enviar algum telegrama ao lugar tenente de El-Rei, não dão sinal de vida.

Era necessário fazer a propaganda dos princípios monárquicos, ensinar ao povo a requintada falsidade da ideologia democrática... e os monárquicos que são chefes por esses concelhos alem recolhem-se a um dolce farniente deixando os jornais da sua causa na situação aflitiva de não ter original para publicar ! Era necessário tratar da organização monárquica, para que a ideia monárquica fosse penetrando na consciencia do povo, e... não se faz nada.»

Conde de Silves

Está de luto este nosso querido amigo, delegado da Acção Realista no Algarve. Ao nosso illustre camarada, tão dedicado á causa de Deus, da Patria e do Rei, apresentamos as nossas mais sentidas condolencias.

«Acção Algarvia»

Deve sair muito brevemente a lume o primeiro número dum semanário com aquele titulo, «orgão da Acção Realista Portuguesa no Algarve».

Tal facto marca um verdadeiro triunfo na expansão do nosso movimento que não podemos deixar de registar com júbilo.

Felicitando os nossos camaradas que se abalançaram a um tal empreendimento, recomendamos a todos os nossos amigos a leitura da «Acção Algarvia».

Tambem estamos informados de que se vão publicar mais dois periódicos, órgãos da Acção Realista : em Coimbra e Vila Real.

Tudo isto denota que a provincia portuguesa ressurgue em defeza dos bons principios e que o nosso movimento dia a dia vai ganhando terreno com firmeza.

Preparemos pois, cheios de fé, a hora da ressureição nacional.

As nossas fileiras

Dentre a muita correspondencia de aplauso e de adesões que diariamente recebemos, merece público destaque uma carta do sr. Joaquim Ribeiro Pimenta, de Arcos de Valdevez, combatente dos mais dedicados, que sofreu as agruras das prisões e do exilio, mas que, longe de desanimar, está disposto a continuar combatendo sem desfalecimentos pela Causa da Restauração.

Concorrendo para a subscrição aberta por esta revista para a publicação do nosso diário, o sr. Joaquim Pimenta escreve :

«... convencido da falencia da Monarquia Constitucional, não quero ser daqueles que ajudem a abrir a cova que ha-de subverter a Restauração monárquica. Libertando-me portanto das peias do constitucionalismo, sigo incondicionalmente e com todo o ardor as pisadas dos que proclamam e defendem o Principio Monárquico Venho pois rogar a V. a fineza de me fazer inscrever nas fileiras da «Acção Realista»

Comunica-nos ainda o sr. Joaquim Ribeiro Pimenta que na mesma data oficiou á Comissão Politica Monárquica do seu Concelho «despedindo-se de todo o auxílio para restaurar a Monarquia constitucional-parlamentarista».

Saudando o valoroso combatente que para nosso lado vem lutar pela Restauração de Portugal, com fé inteira nos principios que representamos, e agradecendo a gentileza com que respondeu ao nosso apêlo para o diário da «Acção Realista» e para a Assistencia aos Monárquicos Necessitados, oferecemos aos nossos leitores este belo exemplo de desassombro moral e de fé na redenção da Pátria pelo regresso á tradição.

Antonio Ferreira Junior

Tambem se encontra de luto este nosso dedicado camarada, vogal da Junta Municipal de Lisboa, que perdeu ha pouco tempo seu estremecido pae.

Após pertinaz doença que o reteve algumas semanas no leito, Antonio Ferreira Junior regressou a Lisboa a retomar o seu posto.

Apresentando-lhe sinceras condolencias pelo golpe que sofreu, não ocultamos a satisfação com que o vemos trabalhando de novo entre nós.

O aniversario de um regimen

AOS VENCEDORES E AOS VENCIDOS

Não é aos republicanos a quem compete propriamente festejar o regimen implantado em 5 de outubro de 1910, pois ele representa, nestes quatorze anos de vigencia, a negação pura e simples da sua expectativa, apenas cumprida, e até mesmo excedida, para aqueles que á custa da Republica têm enriquecido como bandoleiros desta falperra de barrête frigio. É a nós, monarquicos, a quem cabe a grande parte do regosijo pois tem sido o proprio regimen o melhor elemento de propaganda para preparar a restauração da Monarquia.

Se não fôra, entretanto, a Causa Monarquica, que é tão forte e numerosa por esse paiz além, ter dormido durante estes quatorze anos tão pachorrentamente recostada no seu sebastianismo passivo, já a Monarquia ha muito seria um facto em Portugal, impelida pela onda de descredito do regimen republicano.

E' na verdade para lamentar que um regimen de crapula, de deshonra e de crime de toda a natureza, anti-nacional na sua mais insignificante actividade, tendo levado o paiz a um abandalhamento tal que não tem semelhante senão na Russia e na China, ainda apresente sinaes de vida, alimentada por uns miseraveis balões d'oxigenio que meia duzia de ambiciosos ainda sustentam nas suas garras de trogloditas politicos.

Pensem nisto todos os monarquicos! Não será porventura para lamentar, repito, se não para condenar que, passados quatorze anos de dissolução nacional, de falencia financeira e economica, de desprestigio externo e de interna ruina, de anarquia e de morte, emfim, de todos os antecedentes que nos aproximam da perda da Nacionalidade, ainda a Republica exista com toda a sua arrogancia de protectora dos interesses da Nação?

A culpa não é a nós que nos cabe, gente moça e ousada, cheia de fé e pronta para o combate: a culpa não é nossa, não somos reus deste delicto de lesa-nacionalidade, isentos como somos dos pecados que nos ficam para traz como um remorso que nos não pertence. Culpada não é a Acção Realista Portugueza, animada não só do desejo ardente da restauração da Monarquia, mas tambem pela virtude dos seus principios que não preconizam uma Monarquia irmã colaça da Republica.

Quatorze anos de Republica! Que repositorio interessante de coisas curiosas ela nos oferece a favor da Monarquia! Festejemo-los, pois, nós, os monarquicos como os unicos dos patriotas que deles podem tirar o proveitoso ensejo de apontar no paiz o verdadeiro caminho da redenção, para o que é escusado procedermos ao estendal de toda esta bandalheira que a Nação infelizmente conhece pela imprensa, pelo parlamento, pela rua, em suma por toda a obra da Republica que só os individualistas pretendem ocultar, que só os indiferentes toleram, que os conservadores suportam e que apenas os maus patriotas sustentam.

O nosso objectivo, ao passar o decimo-quarto aniversario da Republica, é outro:

Urge que os escandalos não se avolumem, que os crimes não adquiram vulto, que a voracidade republicana não aumente, para que os verdadeiros patriotas não desanimem, porque quatorze anos de regimen republicano já bastam para o condenar como inimigo da Nação. Quatorze anos já chegam para nos inteirar da missão que nos cumpre desempenhar porque são o suficiente para levar a Nacionalidade ao abismo onde estão prontos os republicanos, de dia para dia, de momento para momento, a precipita-la.

Lembremo-nos que o genero humano nem sempre nos inspira aquela confiança que as palavras muitas vezes pretendem insinuar. Para ser monarquico não basta dizê-lo no conchego comodo do lar ou nas palestras vaporosas dos cafés. Para ser monarquico é preciso, antes que mais nada — querer a Monarquia, porque ha infelizmente monarquicos que a não querem pelo alheamento em que vivem da sua Causa; para desejar a restauração é indispensavel substituir a loquacidade indecisa e inutil pela verdadeira politica que nós irremediavelmente necessitamos — a politica de acção, a politica de processos restauracionistas, sem os quaes a Monarquia não passará de um platonismo criminoso, porque deixaremos á Republica a ambicionada tarefa de nos precipitar na voragem ruinosa da Patria.

Extrememos os campos! Que dum lado fiquem os verdadeiros monarquicos que querem a Monarquia, do ou'ro os maus monarquicos que não querem a Monarquia. Aqueles que venham para nós, prontos a derramar o seu sangue, a dar a sua actividade pela Causa sagrada do Rei.

Eis o dilema que necessitamos ver resolvido quanto antes, agora que vamos entrar no decimo quinto ano de Republica para que, em 5 de Outubro de 1925, o regimen que tem perdido a Nação não festeje mais um aniversario, o que contribuiria para condenar mais uma vez a Causa Monarquica que conta com a consciencia nacional e os precisos elementos de luta e de combate ao regimen nos verdadeiros monarquicos portuguezes.

Nós recomendamos como no Evangelho: *Qui habet aures audiendi, audiat.*

Laertes de Figueiredo.

O POVO PORTUGUEZ NÃO É MAO: MAS SE V.
EX.^a O QUER PESSIMO E ABOMINAVEL, ENSINE-O A
LÊR E A ESCREVER.

CAMILLO CASTELLO BRANCO.

O REI

COMENTARIO ÁS «CARTAS D'EL-REI
D. CARLOS I A JOÃO FRANCO»

(CONCLUSÃO)

Tem-se feito ironia facil e até aproximações, igualmente faceis, injustas e descaridas, sobre a frase do dictador: *caçar no mesmo terreno*. Comtudo era João Franco que via bem o problema. Ha na sociedade portugueza uma parte que é capaz de se interessar pelas coisas publicas, de agir e sacrificar-se pelas suas aspirações. Uma outra, comodista, flacida na vontade, terrivelmente egoista, é incapaz de dar um passo, mesmo para salvar-se, se ahi não vir um beneficio pessoal e immediato. Uma é a melhor massa do povo, a outra é a chamada *burguezia liberal*, aglomerado de gosadores indifferentes ás desgraças da Patria, emquanto a sua gamella estiver bem cheia. Foi na primeira que os franquistas buscaram apoiar-se, indo procurar a força que sustentasse as Instituições onde ella podia encontrar-se.

Não sucedia assim com os outros dois partidos: regeneradores e progressistas, como João Franco o testemunha nos seguintes periodos, para os ultimos, mas que em boa parte se pode tambem aplicar aos primeiros:

«Vivendo no aconchego dos velhos partidos; herdeiros dos seus haveres politicos e tambem das suas aspirações e preconceitos; com uma direcção, sem duvida habil e perspicaz, mas a quem a relativa invalidez dificultava contactos fóra do circulo restricto de amigos e partidarios (fracos olhos para ver fundo e longe) mal se apercebiam de que no paiz alguma coisa estava mudada».

.....

«Não nos sucedia a nós o mesmo. O trabalho metodico e seguido, da organização do partido que não herdáramos nem tínhamos, fizera-nos, em Lisboa e nas provincias, como que passar atravez das diversas camadas componentes do terreno social e politico sobre que pretendiamos edificar».

Havia uma diferença importante entre o franquismo e os velhos partidos rotativos. O partido regenerador-liberal representava a aspiração de vida nova, reunia as ancias moças de rejuvenescimento nacional, congregava os monarchicos que reconheciam a verdade das faltas apontadas na governação e que queriam dar-lhes remedio dentro das Instituições.

Consequencia das energias que o vitalisavam, era a sua maneira de actuar: ele ia procurar os seus adeptos no seio da boa massa do povo, entre aqueles que eram capazes de dar o seu esforço e de se sacrificarem para o apoiar.

E assim tem de succeder para aqueles que querem triunfar. Anti-democratas convictos, não quer dizer que excluamos ou ignoremos o povo. Para os grandes actos salvadores, ha que prepara-lo e que buscar a sua intervenção, na guerra por exemplo. E não ha só o inimigo do exterior, ha tambem o do interior.

Na lucta contra o ultimo, o que se torna necessario, é o escrupulo na preparação. A

verdade, a doutrina, tem força suficiente para crear adeptos, é inutil e contraproducente prometer poderes e beneficios que se não possam dar.

No entanto a colaboração do povo tem que buscar-se, porque só ahí se poderá encontrar a massa do interesse e espirito de sacrificios precisos. Nem d'outra maneira se pódem interpretar as palavras *movimento nacional*.

Não actuavam como o franquismo os dois partidos rotativos, que viviam do *statu quo*, das posições eleitoraes herdadas, mantidas pelo habito e pelos favores do Poder.

Na realidade os regeneradores-liberais eram o unico partido capaz de se bater com os republicanos, que dia a dia viam augmentar as suas hostes e crescer a sua força. Prova-o a lucta sem quartel que estes lhe moveram, indo até ao ultimo recurso: o assassinato da Familia Real, incompletamente consumado. Se assim procederam, foi porque viram ali o seu verdadeiro inimigo, o unico que podia derrota-los.

De facto, cahido João Franco, voltam a dominar os restantes partidos da Monarquia, visto que todos estavam coligados contra os regeneradores-liberaes, e em dois anos a republica estava feita.

Não quer isto dizer que o franquismo fosse um movimento perfeito, imperecível e capaz de reformar a Nação. Faltavam-lhe para isso as sãs ideias contra-revolucionarios, que informassem, dirigissem e apoiassem indestructivelmente a sua actividade. Ele representa apenas uma aspiração de vida nova, um aneio de salvação nacional. É a corporisação dum nobre sentimento colectivo, mas falho do poder tremendo e insubstituível das ideias, sem o qual toda a obra politica está condenada a morrer.

Que isto é assim, testemunha-o João Franco no seu livro, quando diz que «*o partido regenerador liberal n'uma hora se creára e n'um momento desapareceu*».

É esta a sorte dos movimentos que não se apoiam n'uma doutrina, como tambem, mais tarde, se viu com o *sidonismo*. É curioso notar que estas artificiaes construcções politicas, ficam, não com uma designação impessoal, representativa da aspiração que as ge-rou, mas sim derivada do nome dos que as organisaram ou dirijiram.

O franquismo representa o ultimo arranco da sociedade monarchica portugueza para salvar-se, a dictadura foi *o remedio heroico* tentado para revivescer a Monarquia. Dado o estado que atingira o doente, não foi possivel cura-lo, no entanto da dictadura, alem do exemplo de dignidade, vitalidade e espirito de sacrificio que ella representa, aproveita-se uma grande lição que é preciso focar intensamente: *sem a baze das ideias contra-revolucionarias, são fragéis e vãs todas as construcções politicas*.

A dictadura não é um grande sacrificio perdido. Na vida longa das nações, as suas dôres não deixam nunca de fructificar. Tornam-se necessarias taes lições para que se abram os entendimentos.

Até hoje, já temos duas. Ainda será preciso terceira?

III

A publicação das cartas de D. Carlos ao seu ultimo Presidente de Conselho, constitue a mais alta, segura e valiosa homenagem que podia ser prestada ao Rei Martirisado. Com aqueles que representaram um nobre espirito, uma grandiosa abnegação e um ferve-

roso aneio de bem-fazer, basta publicar-lhes os actos, revelar-lhes o procedimento, para os exaltar. As grandes e benemeritas acções necessitam apenas da verdade.

Assim El-Rei D. Carlos sahe d'ali engrandecido, a aureola do seu martirio redobra de fulgor, o sentimento pela sua perda atinge uma acuidade mais violenta.

Estas cartas constituem um valioso elemento para uma opinião segura ácerca da personalidade do monarca, porque são documentos espontaneos, cheios de sinceridade. A ideia aflora aos bicos da penna e é lançada ao papel sem rebuscamentos de fórma, que poderiam manchar-lhe a clareza ou trair-lhe o pensamento, sob a preocupação unica de se explicar precisamente. No entanto não deixam nunca de revelar elegancia e facilidade no escrever. Na sua leitura sente-se vibrar uma lucida intelligencia, na visão dos problemas que versam, nas soluções propostas, nos sabios conceitos que encerram; um bom conhecimento dos homens, e sobretudo uma firmeza de vontade invulgar, qualidades estas, mais que suficientes para darem um grande Rei, quando as Instituições o permitem e não são como a Monarquia Constitucional, um travão, um abafador, um axfixiante de todas as virtudes d'um Soberano.

Após o presente ignominioso, por instinto e pela dôr cruciante das realidades, a Nação principiou a sentir, mais do que a compreender, a grande figura de Monarca que tinha perdido em El-Rei D. Carlos. Era um sentimento em que havia um fundo místico, largamente influenciado pelo modo como El-Rei tinha desaparecido do numero dos vivos. Da intensidade que esse sentimento tem atingido, dá conta a extraordinaria sofreguidão com que foram procurados os exemplares das «Cartas», vendidos por milhares, em poucas horas. A sua publicação veio justificar aquele sentir nacional, dar-lhe o sólido apoio da intelligencia, fazer compreender e esclarecer a grandeza da figura do Soberano.

Está-se realisando a previsão d'El-Rei D. Carlos, quando tinha a consciencia de que cumpria o seu dever, entre os ataques virulentos e desrespeitosos dos partidos, e que o fazia escrever na carta IX: «Eu bem sei que seria mais facil e menos penoso para nós, o tratar de agradar a todos, **mas espero tambem que um dia a opinião pública, que felizmente não é sempre a opinião que se publica, saberá fazer-nos justiça**».

Alem da homenagem que a publicação dos documentos representa para o Soberano, ella constitue um valioso serviço prestado á Monarquia, pelo libello tremendo que formula contra a sua forma degradada: a Monarquia Constitucional ou Parlamentar. Por ali se vê que não podem coexistir dois soberanos: Rei e parlamento. Um matará o outro. Primeiro D. Carlos quer governar bem e exercer de facto as suas funções: em breve se lhe apresenta como necessidade inevitavel o encerramento das Camaras. Mas a grande somma de interesses particulares que é o parlamentarismo, e que o parlamento representa, não se resigna facilmente á morte, e em resposta, a remoção do Rei, aparece-lhe por seu turno como necessidade.

O drama de 1 de Fevereiro é um crime do parlamentarismo, do estado de espirito que cria a paranoia democratica. O Rei cahe assassinado porque havia uma do trinação que faz do parlamento o soberano, que acusa de tirania aqueles que lhe impedem os maleficios, que legitíma e apologia a sua liquidação, chamando-os inimigos do povo, como se o povo lá estivesse representado e o parlamento não fosse apenas o triumpho dos mais in-

ACÇÃO REALISTA

competentes e menos escrupulosos, que usam d'aquelle sistema politico por servir á maravilha, largamente e sem responsabilidade, os seus interesses e beneficios pessoaes.

Comtudo ainda hoje, após tantas e tão dolorosas provações (ha consciencias relapsas a toda a especie de evidencia) os homens que crearam o ambiente, prepararam a atmosfera e teem assim responsabilidades no crime, querem arrastar o filho do Monarca assassinado para a mesma doutrina de erro, para a mesma Monarquia falsificada que, ou faz dos Reis coniventes do desgoverno da Nação ou contribue para a sua morte, quando intentam pôr cõbro aos males por ela gerados. Não lh'o consentirá, porem, a Juventude Monarquica; toda abrazada na ancia de bem servir a Nação e o Rei, abrindo os olhos para as experiencias tão evidentes dos ultimos e agitados anos, ha de combater até ao derradeiro alento por uma *Monarquia que não seja republicana* e por um *Rei sem alcunha!* Saibam-no quantos, a esta hora de tremenda expiação colectiva, ainda se encarniçam em ressuscitar um passado morto e bem morto, e em querer dar realidade a sistemas falsos e anti-naturaes, definitivamente condenados pelos montões de ruinas a que conduziram.

Ainda um motivo que interessavam os milhares de leitores das «Cartas», era conhecer as opiniões que o ultimo Presidente de Conselho d'El-Rei D. Carlos, após ter-se conservado longa e sistematicamente silencioso, finalmente resolvera formular. Ao contrario d'algumas impressões que vieram a lume na Imprensa, durante aquelle periodo, o antigo chefe do partido regenerador-liberal continua a acreditar no parlamentarismo, mostrando assim quanto é difficil para os homens libertarem-se dos erros em que foram educados, mesmo quando atingidos pelas mais duras lições da adversidade. É que eles são muitas vezes apenas o jogo dos acontecimentos, em que agenceiam passivamente. Então é dos factos e não das palavras com que esses factos por eles sejam comentados, que é preciso extrair o necessario ensinamento. Assim considerado, o periodo franquista aparece como a mais nobre e energica tentativa de defeza da Monarquia contra o avanço republicano, como o melhor esforço de robustecimento da autoridade e de moralidade administrativa, dos seus ultimos tempos.

Do livro agora publicado sahe com clareza que essa obra é da iniciativa do Monarca, que ouviu as queixas do Paiz e quiz dar lhes remedio, que a sustentou e impeliu tendo por fito o Bem Publico e tentando pôr um dique ante o abismo para onde corriam a Nação e a Monarquia.

Se os meios de que para isso dispunha não eram os perfeitos, e que lhe permitissem levar a cabo a tarefa que empreendeu, não é sua a culpa. Modificar a mentalidade d'uma epoca e transformar um corpo de Instituições, não é para o esforço d'um só homem, nem sequer o cargo que incumbe ao Rei. Mas procurar por todas as formas e empregar todos os meios possiveis de governo para salvar a Monarquia, isso é que é proprio do seu mais alto governante, e d'uma alma varonil como era a d'aquelle grande soberano.

El-Rei D. Carlos cahe como uma das victimas da hecatombe formidavel que a ideologia democratica e revolucionaria tem produzido, e fica como uma das mais bellas, no heroismo imponente do seu destemor, na firmeza inquebrantavel da sua vontade, na sua abnegada devoção pela terra de Portugal, no seu amor á grei, por cujo resgate sacrificou a vida.

Luiz Costa.

LIVROS

Poemas em Proza -- por Alfredo Pimenta

Alfredo Pimenta acaba de publicar um livro que nos causou uma certa surpresa, por vir acender de novo, na lampada do decadentismo, a chama verde das quimeras e dos sonhos d'ópico, indecisos e venenosos. A sua penultima obra, *O Livro da Minha Saudade*, rescendia um perfume lirico, uma atmosfera muito íntima e liberta de pezadelos mórbidos e de vizões irreaes em que a vida se dilue como um fumo distante. Assim julgavamos que Alfredo Pimenta regressára á serenidade de um lirismo são, já esquecido dos seus esteticismos que fizeram época e foram uma moda absorvente e fascinadora, quando a vida, sem o abalo espiritualista contemporaneo, tinha um sabor de mel e de licôr embriagante. Os seus *Poemas em Proza*, porém, pertencem á sua fase antiga, anterior ao *Livro da Minha Saudade*. Isto surpreender-nos-hia muito, se não soubéssemos depois que este seu ultimo livro já estava escripto em 1919, naquela época em que o seu autor se deixava enlevar, com uma profunda admiração, deante dos quadros de Gustave Moreau.

Não queremos levantar aqui o antigo problema sempre discutido, mas nunca resolvido, da finalidade da Arte. Já desde velhos tempos que se debate este problema, que aparecem Soluções e teorias. Para que? Declaramos no entanto, para não deixar duvidas no espirito de quem nos lê, que não defendemos a fórmula da Arte — pela Arte, e que a consideramos contraditoria, nebulosa e anarquica.

Limitemo-nos, portanto, a fazer alguns leves comentarios ao novo livro de Alfredo Pimenta, sem elogios convencioneados, com a serena justiça que o seu valor merece.

A arte de Alfredo Pimenta é um caso de isolamento, uma afirmação de rebeldia subjectiva. Ela cõa-se atravez do *individuo*, do que n'ele ha de transitorio, embora belo e sedutor, — e só vê na vida um scenario opulento, maravilhoso, do seu sonho e do seu desejo. Todo o individualismo é asfixiante e não possui aqueles largos e religiosos horisontes onde toda a essencia humana se ilumina numa claridade de libertação. Por isso os *Poemas em Proza* só nos falam do que o seu autor sente e ama, segundo a tentação mentirosa dos sentidos que enganam e criam tédio. Temos de reconhecer, no entanto, que Alfredo Pimenta é um perfeito e nobre artista, que procura na arte, a voluptuosidade do ritmo e da cõr, a embriaguez da sua sede de sentir e de desejar. Os seus poemas são escriptos num estilo transparente, musical, de uma magnifica mestria.

Abstraindo da sua essencia, tão individualista,

tão *anedoctica* que não corresponde á anciedade espiritualista da nossa época, — os seus poemas em proza são modelares, pelo ritmo adormecente, de música de camara, e pela cõr translucida, de uma delicadeza melindrosa, que faz lembrar certos pintores pre-rafaelitos. Há no seu estilo uma fidalguia de linhas elançadas. Para quem conceber a arte como um prazer simplesmente voluptuoso, um encantamento vão dos sentidos, os *Poemas em Proza* devem ser um livro precioso e raro. Mas confessâmos que a ultima fase do Poeta — a do *Livro da Minha Saudade* — revela todas as superiores qualidades de Alfredo Pimenta.

E. G.

Camillo e Eça de Queiroz — por Antonio Cabral

Com este titulo, acaba o nosso querido amigo sr. conselheiro Antonio Cabral de publicar, com pleno exito, mais um livro admiravel sobre a obra e a personalidade de dois gloriosos escritores.

Cada novo trabalho, que se anuncia, do autor consagrado do *Camillo de Perfil*, é aguardado com justificada anciedade por todos os camilistas ou devotados admiradores da obra queiroziana. De facto, a leitura dessas paginas que o sr. conselheiro Antonio Cabral tem dedicado ao estudo de Camilo e Eça de Queiroz, constitue sempre motivo de ensinamento, pelas minucias e escrupulo das investigações apresentadas, pelos esclarecimentos preciosos que proporciona a quantos ambicionam possuir uma melhor compreensão da obra dos dois geniais romancistas.

Principalmente a bibliographia camiliana, tem sido de tal forma enriquecida com estudos literarios e biograficos do sr. conselheiro Antonio Cabral, que não é excessivo dizer-se que á sua pena brilhante se devem algumas das paginas mais solidas de critica e de investigação que sobre a obra e o genio de Camilo se têm produzido.

Pois todas as qualidades que superiormente caracterizam os trabalhos perfeitos do autor do *Camillo Desconhecido*, se acentuam e intensificam, se tal é possivel, no seu livro recentemente apparecido sobre Camilo e Eça de Queiroz, no qual se incluem capitulos de enorme interesse, como por exemplo aqueles em que se publicam cartas inéditas de Camilo Castelo Branco, em que os plagios de Eça de Queiroz são submetidos a nova e rigorosa observação.

Mas o sr. conselheiro Antonio Cabral não é sómente um espirito dotado de invulgares faculda-

des críticas e de investigação, aquele nosso querido amigo é, acima de tudo, um prosador de rara elegancia, desdobrando os seus conceitos naquella boa linguagem portugueza que Vieira definia, dizendo que *«tanto nas palavras como na frase, é puramente da lingua em que professou escrever, sem mistura ou corrupção de vocabulos estrangeiros, os quais só mendigam de outras linguas os que são pobres de cabedais da nossa..»*

Por esse motivo, a leitura do *Camilo e Eça de Queiroz*, como a dos restantes livros do seu autor, é profundamente consoladora para quantos prezam a dignidade da lingua portugueza, por vezes, tão mal tratada em nossos dias.

Daqui felicitamos vivamente o sr. conselheiro Antonio Cabral, pelo triunfo que constitue o aparecimento do seu novo livro.

F. C.

Os homens da geração que trouxe a esta terra a liberdade e mais alguma justiça dormem pela maxima parte nos braços da morte. Os poucos que restam não tardarão a imital-os. Aconselhando os inexperientes, não defendem os seus interesses, defendem os destes. Dá-lhes direito a fazel-o, a dolorosa experiencia das convulsões sociais, experiencia bem provada de amarguras e, o que é peor, de desenganos. Pela força das coisas nas mãos da mocidade intelligente, dos espiritos superiores que surgem, estará dentro de duas ou trez décadas o regimen do Paiz. Quizera eu por isso que ellas tivessem sempre presente uma verdade, que por ser antiga e trivial não deixa de ser verdade: quem semeia as ventanias recolhe as tempestades.

ALEXANDRE HERCULANO.

Publicações aconselhadas

- Marquez de Penalva — *Dissertação a favor da Monarquia.*
José Agostinho de Macedo — *O Desengano*
José Accursio das Neves — *Cartas de Hum Portuguez aos seus Concidadãos.*
José Liberato Freire de Carvalho — *Ensaio Historico Politico.*
Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura — *O Punhal dos Corcundas.*
Visconde de Santarem — *Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Geracs.*
» » » — *Opusculos e Esparços.*
» » » — *Correspondencia.*
Dr. José da Gama e Castro — *O Novo Principe.*
Alexandre Herculano — *Historia de Portugal.*
» » — *Opusculos.*
» » — *Cartas.*
Francisco Antonio da Cunha Pina Manique — *Portugal desde 1828 a 1834.*
Antonio Joaquim de Gouveia Pinto — *Os Caracteres da Monarquia.*
Faustino José da Madre de Deos — *Os Povos e Os Reis.*
D. Miguel Sotto Mayor — *O Marquez de Pombal.*
Henrique de Gama Barros — *Historia da Administração Publica em Portugal nos*
Seculos XII a XV.
Ramalho Ortigão — *Ultimas Farpas.*
A. de Sousa Silva Costa Lobo — *Historia da Sociedade em Portugal no Seculo XV.*
Alberto Sampaio — *As «Villas» do Norte de Portugal.*
Oliveira Martins — *Portugal Contemporaneo.*
» » — *Os Filhos de D. João I.*
» » — *A Vida de Nuno Alvares.*
» » — *Dispersos.*
Eça de Queiroz — *Uma Campanha Alegre das Farpas.*
A. Porfirio de Carvalho — *Onde está o Absolutismo?*
J. Fernando de Sousa (Nemo) — *A Religião na Monarquia.*
Fialho de Almeida — *Saibam quantos.*
J. A. da Silva Cordeiro — *A Crise em seus aspectos moraes.*
Henrique de Paiva Couceiro — *A Democracia Nacional.*
Julio de Mello Matos — *Cooperativismo Agrario.*
Affonso Lopes Vieira — *Em demanda do Graal.*
Mariotte — *Os Meus Cadernos (1.ª série).*
A. Xavier Cordeiro — *O Problema da Vinculação.*
Hipolito Raposo — *O sentido do Humanismo.*
Antonio Sardinha — *O Valor da Raça.*
Luis de Almeida Braga — *O Culto da Tradição.*
» » » — *O Mar Tenebroso.*
João do Amaral — *Aqui d'El-Rei!*
Fernando Campos — *Os Nossos Mestres ou Breviario da Contra Revolução.*
Caetano Beirão — *Uma Campanha Tradicionalista.*
» » — *A Lição da Democracia.*
José Pequito Rebelo — *Pela dedução á Monarquia.*
» » — *Cartilha do Lavrador.*
Armando da Silva — *A Crise das Democracias.*
Rollão Preto — *A Monarquia e a Restauração da Inteligencia.*
Nação Portuguesa (1.ª série).
A Quetão Ibérica.

A ACCÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA**, o **MUNICIPIO** e o **SINDICATO PROFISSIO-NAL**.

A constituição dum as **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA**, da **TERRA**, da **INTELIGENCIA** e da **PRODUÇÃO**.

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE**:

Uma **MONARQUIA**, enfim, liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL**.

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Accção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA